

CONHECIMENTOS GERAIS QUESTÕES de 01 a 10

Leia com atenção o enunciado a seguir para responder à questão 01.

Questão 01 (Peso 1)



CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 5º. XXXVI. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&site=img&tbm=isch&source=hp&biw=1600&bih=805&q=%C3%A1rea+jur%C3%ADdica&oq=%C3%A1rea+jur%C3%ADdica&gs_l=img.12..0.11041.17579.0.21548.13.6.0.7.7.0.265.1514.2-6.6.0....0...1ac.1.32.img..0.13.1532.Aegz2nqA0tg>. Acesso em: 14 dez. 2013.

O que se declara no artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal do Brasil em vigor, evidencia

- A) um povo com bases sociais sólidas e com respaldo jurídico garantido pelo Estado para que a igualdade social seja consolidada.
- B) um Estado preocupado com a paz e a justiça social, que garante os direitos do cidadão e a resolução de conflitos, tendo em vista a coesão social.
- C) uma sociedade regida por leis severas que afiançam segurança e bem-estar a seus componentes, de modo que a ordem interna seja mantida a qualquer custo.
- D) um país cujos habitantes se sentem acolhidos por quem os representa, de modo que, protegidos por lei, sabem dar valor à liberdade de que desfrutam no dia a dia.
- E) uma nação que assegura todos os direitos do cidadão, deixando subentendido que qualquer transgressão será punida com os rigores da lei, independentemente de quem seja o transgressor.

Leia com atenção o texto a seguir para responder às questões de 02 a 07.

TEXTO:

A luta do homem pela igualdade de direitos

A justiça não é apenas a legalidade. O justo, para se realizar, deve estar do lado da igualdade presente nas relações entre os homens, garantida juridicamente ou pela sua existência como valor em uma sociedade. Ela deve ser desejada pelos homens, que a instauram em determinado momento histórico na busca da igualdade de direitos, apesar das desigualdades de fato.

5 Para Comte-Sponville, a igualdade pode não corresponder à justiça legal, mas vai mais além, corrigindo a lei (que nem sempre é justa), permitindo “adaptar a generosidade da lei à complexidade cambiante das circunstâncias e à irredutível singularidade das situações concretas” (Comte-Sponville, 1995, p. 93).

10 Assim, pode-se supor, haverá a justiça que pretende a igualdade entre os homens, quando ela estiver presente como valor na sociedade ou no homem justo, não se limitando nem se satisfazendo com a justiça legal. Esta, se não corresponder ao desejo de equidade entre os homens, deve ser combatida, bem como qualquer injustiça. A justiça se concretiza como fruto da intensidade desse valor numa sociedade. É preciso desejá-la e lutar por ela.

15 A essa luta Rudolf Von Ihering (1992) refere-se como a luta pelo direito, que é sustentada pela existência do “sentimento de direito” entre os homens. Considera “um dever de todo homem para consigo combater por todos os meios de que disponha a desconsideração para com a sua pessoa no desprezo do seu direito” (Ihering, 1992, p. 21). Dessa forma, estará defendendo não apenas a si próprio, mas toda a sociedade.

20 Para Ihering, a luta é indispensável, faz parte do direito, de outra forma, ele não poderá concretizar-se ou avançar. Cada conquista, mesmo individual, reverte em benefício de todos, no presente e no futuro, e corresponde ao enfrentamento de forças conservadoras e interesses de minorias que lhe fazem resistência. É preciso, diz o autor, “derrubar os diques que impedem a corrente de se precipitar numa diversa direção” (Ihering, 1992, p. 5).

25 Comparando o direito à raiz de uma árvore, se a raiz for abalada todo o resto cai, se for fortalecida, o todo se fortalece. Aqueles que pretendem a manutenção de seus privilégios agem atacando a raiz e enfraquecendo toda a árvore (Ihering, 1995). Contudo, agindo contra as resistências, haverá sempre aqueles que, não se dando por vencidos, não perderão a crença no direito, agindo pelo seu cumprimento em condições mais ou menos favoráveis.

30 O povo brasileiro, subalternizado, tal como a árvore citada por Ihering, terá sido atingido na raiz? Na sua maioria, não sabe lutar, não tem pelo que lutar, pois não se considera portador de direitos; por longo período, sentiu a “dor do direito violado”, mas foi calado por mecanismos diversos, desapareceu ou não tem sabido fazer valer o seu direito. Sem saber operar os instrumentos para agir pela sua cidadania, são mantidos os privilégios de uma minoria. As questões sociais têm sido, com frequência, tratadas como “caso de polícia” pelo Estado, quando não por setores da sociedade civil, sob inspiração conservadora e neoliberal, que rotula a reivindicação de direitos como subversão da ordem. A ideologia dominante tem favorecido o desrespeito aos direitos fundamentais da maioria dos brasileiros.

SOLCI, Sílvia Maria. A luta pela igualdade de direitos. **Os direitos do homem na sociedade atual**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_direitos.htm>. Acesso em: 14 dez. 2013.

Questão 02 (Peso 2)

Do ponto de vista temático, o texto põe em destaque a ideia de que

- a necessidade de confrontos sociais no combate às desigualdades gera mais violência do que propriamente conquistas para todos os que reivindicam seus direitos.
- o direito estatal não pode ter a pretensão exclusiva de regular a vida social, pois sua eficácia dependeria do consenso da sociedade em toda a sua abrangência, o que é inviável.
- todo povo precisa ser construtor de sua própria história, como vem acontecendo com o brasileiro que, apesar de subalternizado, reage prontamente a qualquer tipo de injustiça.
- a justiça que pleiteia a equidade entre os homens emana da pessoa justa ou da sociedade que a tem como valor e extrapola a justiça legal, resultando do combate em prol da concretização do desejo de igualdade.
- a luta coletiva tratada, no Brasil, como “caso de polícia”, por se constituir, na ótica da camada dominante, uma subversão da ordem, tem sido sufocada em seu nascedouro, sem conseguir alcançar os objetivos pretendidos.

Questão 03 (Peso 2)

A tese defendida pela voz autoral segue a seguinte linha de abordagem:

- A) Apresenta, de imediato, a proposição de que juridicamente o homem tem direitos que não se confirmam pela interferência de circunstâncias sociais diversas, que escapam à força da própria Justiça.
- B) Conceitua justiça e, apoiando-se no discurso de outros enunciadores, mostra a necessidade da ação para que se consolide o direito ou sejam quebradas as barreiras que impedem a conquista dos benefícios facultados.
- C) Compara a ideologia da minoria brasileira com a da maioria, concluindo que o comportamento político daquela conseguiu arrefecer a “dor do direito violado” desta, impedindo a atuação da Justiça, caso seja requisitada.
- D) Afirma, inicialmente, a garantia por lei da igualdade entre os homens para, em seguida, desconstruir essa ideia, mostrando que a Justiça é movida pela minoria que detém o poder e não pela força da luta humana.
- E) Cita outros discursos que tratam de assuntos relacionados com o tema desenvolvido no corpo do texto, mas que não servem como suporte de defesa para a essência da mensagem que deseja passar.

Questão 04 (Peso 3)

Em relação aos termos que garantem a progressão semântica do texto, identifique com **V** ou com **F**, conforme sejam verdadeiras ou falsas as afirmativas.

- () O pronome “Ela” (linha 3) resgata o termo “igualdade” (linha 1), estabelecendo um contraponto com a desigualdade existente no mundo.
- () A marca linguística “lhe” (linha 22) retoma a expressão “Cada conquista” (linha 20), ao afirmar que os benefícios são de todos e que é preciso lutar contra tudo que ponha resistência a isso.
- () O vocábulo “se”, em “se for fortalecida” (linha 24), introduz, no contexto, uma dúvida de Rudolf Von Ihering quanto ao fortalecimento da sociedade, no caso da comparação que faz do direito com uma árvore.
- () O demonstrativo “Aqueles” (linha 25) estabelece uma relação de sentido com o termo “os diques” (linha 22), metáfora de “minorias” (linha 22), numa alusão crítica à ideologia dominante.
- () A palavra “que” (linha 35) mantém a sequência temática por meio de uma ideia de restrição ao termo “inspiração” (linha 34), ironizando o comportamento dos neoliberais.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F F V
- B) V F V F V
- C) F V F V F
- D) F F V V F
- E) V V V V V

Questão 05 (Peso 3)

Os elementos linguísticos presentes na tessitura do texto permitem que se considere como verdadeiro o que se afirma em

- A) O termo coesivo “ou” (linha 2) denota exclusão, sinalizando a eliminação de uma situação em face da presença de outra.
- B) A forma verbal “haverá” (linha 9) pode ser substituída por *existirá*, sem comprometimento semântico e sem mudança sintática dos termos que a ela estão vinculados.
- C) O articulador “pelo” (linha 14) denota, no contexto em que se insere, uma ideia, e “pela” (linha 32), outra.
- D) O conector “Para” (linha 19) é, do ponto de vista morfossemântico, igual a “para” (linha 32).
- E) A oração “aos direitos fundamentais da maioria dos brasileiros.” (linha 36) complementa o sentido de um nome, o que lhe confere valor passivo.

Questão 06 (Peso 3)

Quanto aos recursos da língua usados no texto, é correto afirmar:

- A) O verbo “corresponder” (linha 5) apresenta-se com a mesma regência que “adaptar” (linha 6).
- B) A inexistência da vírgula depois de “Assim” (linha 9) não implicaria o deslocamento do pronome “se” para antes da forma verbal a que está posposto.
- C) A palavra “desconsideração” (linha 16) foi formada pelo mesmo processo que “desaprendeu” (linha 31), mas o prefixo “des” – expressa ideias diferentes nas duas palavras.
- D) A forma verbal “Considera” (linha 15) está no singular, concordando com o mesmo sujeito que “disponha” (linha 16).
- E) Os termos “mecanismos” (linha 31) e “instrumentos” (linha 32) foram usados em sentido conotativo, sugerindo ambos a ideia de armadilha.

Questão 07 (Peso 2)

A análise da pontuação usada no texto admite como correta a afirmativa que se faz em

- A) Os parênteses que isolam “que nem sempre é justa” (linha 6) podem ser substituídos por travessões ou por vírgulas sem comprometimento da estrutura frasal.
- B) As aspas que destacam “adaptar a generosidade da lei à complexidade cambiante das circunstâncias e à irreduzível singularidade das situações concretas” (linhas 6 e 7) foram usadas por uma razão diferente das que põem em evidência “derrubar os diques que impedem a corrente de se precipitar numa diversa direção” (linhas 22 e 23).
- C) As vírgulas que separam “se não corresponder ao desejo de equidade entre os homens” (linha 11) são facultativas.
- D) A interrogação que aparece depois de “raiz” (linha 29) expressa uma dúvida do autor, que não sabe como responder à pergunta que faz.
- E) O ponto e vírgula existente depois de “direitos” (linha 30) admite a vírgula em seu lugar, sem prejuízo do contexto em que está inserido.

Leia com atenção o texto a seguir para responder à questão 08.

Questão 08 (Peso 1)



JAMES, José. **Tirinhas do Zé**. Disponível em: <<http://2.bp.blogspot.com/sTsTHDDOlzgTg/UqEflcY2EZI/AAAAAAAAOfE/gXw1LWbHgdA/s1600/Mandela.jpg>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

A ideologia presente no discurso de Nelson Mandela, advogado, líder rebelde e ex-presidente da África do Sul, permite concluir que

- A) o destemor não agrega valor a nenhuma pessoa.
- B) a sensação de medo já é um sinalizador de covardia.
- C) a superação do medo é o indicativo da coragem humana.
- D) o temor evita confrontos desnecessários entre os indivíduos.
- E) o ato de driblar o medo não passa da desfaçatez típica dos fracos.

Leia com atenção o poema a seguir para responder à questão 09.

Questão 09 (Peso 2)

O duplo

Debaixo de minha mesa
tem sempre um cão faminto
– que me alimenta a tristeza.

Debaixo de minha cama
tem sempre um fantasma vivo
– que perturba quem me ama.

Debaixo de minha pele
alguém me olha esquisito
– pensando que eu sou ele.

Debaixo de minha escrita
há sangue em lugar de tinta
– e alguém calado que grita.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. **O duplo**. Disponível em: <<http://encantadorespoemas.blogspot.com.br/2010/04/o-duplo.html>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

Marque com **V** as afirmativas comprováveis no texto e com **F**, as demais.

- () O poema trabalha a temática do desdobraimento do eu.
- () A sensação do sinistro está presente nas emoções vivenciadas pelo sujeito poético.
- () A noção do duplo designa a representação do eu que, nesse caso, assume diferentes formas.
- () O sujeito poético vive a experiência paradoxal de perceber os estados emocionais do duplo.
- () O eu lírico demonstra compreensão de que a alteridade faz parte de seu processo identitário.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F F V
- B) V F V F V
- C) F V F V F
- D) F F V V F
- E) V V V V V

Leia com atenção a tira a seguir para responder à questão 10.

Questão 10 (Peso 1)



JAMES, José. **Tirinhas do Zé**. Disponível em: <<http://hermeneutando.wordpress.com/tag/tirinhas-de-direito/>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

A construção de sentido do humor dessa tira decorre da

- A) revelação feita por um jovem advogado ao pai.
- B) sensação de insucesso do filho face ao fato citado.
- C) justificativa dada pelo pai, objetivando acalmar o filho.
- D) concepção diferente sobre quem perde uma causa jurídica.
- E) frieza quanto às perspectivas de quem confia na aptidão do outro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS QUESTÕES de 11 a 50**Questão 11** (Peso 1)

Segundo o Código Civil Brasileiro, não podem casar, dentre outros,

- A) os irmãos bilaterais e demais colaterais, até o segundo grau inclusive.
- B) o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- C) o divorciado, enquanto não houver sido homologada e decidida a partilha dos bens do casal.
- D) o cônjuge sobrevivente com o condenado por lesão corporal seguida de morte, homicídio culposo ou tentativa de homicídio contra o seu consorte ou descendente.
- E) o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal, independente da partilha aos herdeiros.

Questão 12 (Peso 1)

Segundo o Código Civil Brasileiro, é nulo o casamento contraído

- A) por vício da vontade e pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil.
- B) por quem não completou a idade mínima para casar e por menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.
- C) por menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal e por infringência de impedimento para o casamento.
- D) pelo enfermo mental sem o necessário discernimento para os atos da vida civil e por infringência de impedimento para o casamento.
- E) pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.

Questão 13 (Peso 2)

“Mulher de traficante é presa em casa em Candeias – Uma jovem de 19 anos foi presa na tarde da quinta-feira (14) no apartamento onde mora com o marido, procurado por tráfico de drogas, em Candeias, Jaboatão dos Guararapes, Grande Recife. A Polícia Federal chegou à residência do casal para cumprir um mandado de busca e apreensão contra o investigado, mas como ele não estava no local, a jovem acabou sendo presa em flagrante. Entre as apreensões realizadas no apartamento estão um revólver, mais de R\$ 16 mil e uma pequena quantidade de drogas.” (MULHER de traficante...Disponível em:<<http://www.ne10.uol.com.br>>. Acesso em: 5 jan 2014).

Considerando-se que a jovem não sabia do envolvimento criminoso do seu marido quando contraiu matrimônio e contava 18 (dezoito) anos de idade, é correto afirmar que

- A) o casamento é nulo em razão da idade da nubente.
- B) o casamento será anulado, especialmente em razão da presença de impedimento para casar.
- C) não será possível anular o casamento por erro quanto ao passado criminoso de um dos nubentes.
- D) qualquer pessoa pode demandar a anulação do casamento, mas a coabitação, havendo ciência do vício, valida o ato.
- E) o casamento pode ser anulado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.

Questão 14 (Peso 1)

Segundo a Constituição Federal de 88, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, se aprovados em

- A) cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- B) cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- C) cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.
- D) sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em turno único, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- E) sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em turno único, pela maioria absoluta dos votos dos respectivos membros.

Questão 15 (Peso 3)

Em relação ao direito sucessório no Código Civil Brasileiro, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.
- () A sucessão dá-se por lei, quando não conflitar com a disposição de última vontade.
- () A sucessão abre-se no lugar do último domicílio do inventariante ou do herdeiro necessário.
- () Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança.
- () Aberta a sucessão, a herança somente se transmite aos herdeiros testamentários após o término do processo de inventário.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V F F F V
- B) V F F V F
- C) F V V V F
- D) F F V V V
- E) V V V V V

Questão 16 (Peso 3)

Sobre os direitos da personalidade, consoante o Código Civil Brasileiro, marque com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Em todos os casos, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.
- () É válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- () O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- () Pode-se exigir que cesse a ameaça ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, salvo nos casos previstos em lei, visto que, em se tratando de morto, terá legitimação o inventariante ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau.
- () Havendo risco de vida, o Estado poderá obrigar qualquer pessoa natural à se submeter a intervenção cirúrgica.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V V
- B) F F V V V
- C) F V V F F
- D) V F F F V
- E) V V F F F

Questão 17 (Peso 1)

Doutrinariamente, classifica-se a Constituição Federal de 1988 quanto

- A) à forma, como sendo escrita; quanto ao tamanho, analítica; quanto à origem, outorgada.
- B) ao conteúdo, como sendo formal; quanto à forma, escrita; quanto ao tamanho, analítica.
- C) à estabilidade, como sendo imutável; quanto ao conteúdo, formal; quanto à forma, escrita.
- D) à origem, como sendo outorgada; quanto à estabilidade, imutável; quanto ao conteúdo, formal.
- E) ao tamanho, como sendo analítica; quanto à origem, outorgada; quanto à estabilidade, imutável.

Questão 18 (Peso 1)

Dentre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos na vigente Carta Magna Brasileira, inclui-se o da criação de associações, sendo correto, em relação a elas, afirmar que

- A) é permitida a interferência estatal em seu funcionamento.
- B) dependerão de lei instituidora para que possam existir juridicamente.
- C) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- D) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado.
- E) têm legitimidade para representar seus filiados extrajudicialmente, quando expressamente autorizadas, não podendo fazê-lo, contudo, na esfera judicial.

Questão 19 (Peso 2)

Emendas Constitucionais criaram e deram a atual formatação do Conselho Nacional de Justiça, que atualmente, se compõe de

- A) 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, e é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- B) 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, e é presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- C) 15 (quinze) membros vitalícios, e é presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- D) 11 (onze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, e é presidido pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- E) 11 (onze) membros vitalícios, e é presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Questão 20 (Peso 3)

Considerando-se o disposto no texto da Lei Maior sobre os Direitos e Garantias Fundamentais, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- () Conceder-se-á *habeas-data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de terceira pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou não governamentais; de caráter público ou de caráter privado.
- () Conceder-se-á *habeas-corpore* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- () Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corpore* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- () Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise à retificação de dados públicos, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

A alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V V
- B) V F V V F
- C) V F F F V
- D) F V V V F
- E) F F F V V

Questão 21 (Peso 1)

Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio

- A) do pluralismo político.
- B) da erradicação da pobreza.
- C) da dignidade da pessoa humana.
- D) da prevalência dos direitos humanos.
- E) da garantia do desenvolvimento nacional.

Questão 22 (Peso 2)

Na evolução histórica dos Direitos Humanos, o movimento social e político denominado “Revolução Francesa” (1789) ganhou dimensão universal e transformou-se em inspiração para toda a humanidade, tendo como lema

- A) “Igualdade, Fraternidade e Justiça”.
- B) “Justiça, Independência e Liberdade”.
- C) “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.
- D) “Fraternidade, Justiça e Independência”.
- E) “Independência, Liberdade e Fraternidade”.

Questão 23 (Peso 3)

Levando-se em consideração o estabelecido na Constituição Federal de 1988 sobre as funções essenciais à Justiça, assinale com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () O integrante da Defensoria Pública da União que tenha ingressado na carreira após o início da vigência da Emenda Constitucional nº 45/2004 não tem assegurada a garantia da inamovibilidade, todavia poderá exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.
- () O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- () Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- () A Defensoria Pública da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, incumbindo-lhe também a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- () Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V V
- B) V V F F F
- C) V F F F V
- D) F V V V F
- E) F V V F V

Questão 24 (Peso 2)

A Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), mais conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, é importante norma internacional que, ao tratar de garantias judiciais, estabelece que “Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa”.

Para tanto, durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a algumas garantias mínimas, dentre as quais,

- A) o direito do acusado de defender-se pessoalmente ou de ser assistido por um defensor de sua escolha e de comunicar-se, livremente e em particular, com seu defensor.
- B) o direito do acusado de ser assistido por um tradutor ou intérprete, desde que o remunere adequadamente, caso não compreenda ou não fale a língua do juízo ou tribunal.
- C) o acusado absolvido por sentença transitada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos, salvo se surgirem provas novas.
- D) o processo penal deve ser sigiloso, dele somente devendo tomar conhecimento os órgãos repressivos estatais.
- E) a confissão do acusado é válida, ainda que obtida mediante coação de qualquer natureza.

Questão 25(Peso 2)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção é medida excepcional e irrevogável, a qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou do adolescente na família natural ou extensa.

Com base nessa assertiva, é correto afirmar:

- A) É vedada a adoção por procuração particular, salvo quando autenticada em cartório.
- B) O adotando deve contar com, no máximo, dezesseis anos à data do trânsito em julgado da decisão, salvo se já estiver sob a posse dos adotantes.
- C) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- D) Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, independentemente da idade, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes, salvo os impedimentos matrimoniais e sucessórios.
- E) É recíproco o direito sucessório e patrimonial entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, independente da ordem de vocação hereditária.

Questão 26 (Peso 3)

“Os Objetivos (ou Metas) do Milênio” são um conjunto de 8 (oito) metas organizadas em setembro de 2000 pelos governos dos 191 países-membros da Organização das Nações Unidas, com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver. Os países acordaram em alcançar os 8 (oito) “Objetivos (ou Metas) do Milênio” até 2015, como forma de solucionar alguns dos grandes problemas da humanidade, como a pobreza, a fome e a desigualdade entre os sexos.”

(OS OBJETIVOS do Milênio. Disponível em: <<http://blog.voluntariosonline.org.br/objetivos-dmilenio/?gclid=CJXeIN7rgbwCFTJp7AodqHIA-g>>. Acesso em: 15 jan. 2014).

A partir desse texto, identifique com **V** as metas que fazem parte dos “Objetivos (Metas) do Milênio” e com **F**, as demais.

- () Explorar o espaço sideral.
- () Educação básica de qualidade para todos.
- () Reduzir a mortalidade infantil.
- () Justiça de qualidade e respeito ao direito patrimonial.
- () Acabar com a fome e a miséria.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo é a

- A) V V V V V
- B) V V F F F
- C) V F F F V
- D) F V V V F
- E) F V V F V

Questão 27 (Peso 1)

Segundo a Constituição Federal de 88, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar

- A) à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- B) à criança e ao jovem, com relativa prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo da opressão estatal.
- C) à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à integridade física e moral, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade social, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de exploração laboral, sexual e da opressão familiar, institucional e estatal.
- D) à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta exclusividade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo da opressão familiar, institucional e estatal.
- E) ao adolescente e ao jovem, com absoluta preferência, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo da opressão familiar, institucional e estatal.

Questão 28 (Peso 1)

Conforme as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente, entende-se por família ampliada

- A) a formada pelos pais, conjunta ou separadamente, e por parentes próximos com vínculos constituídos por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- B) aquela constituída pelos pais e seus descendentes, seja o vínculo constituído mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- C) a formada para além da unidade dos pais e filhos ou da unidade do casal, ou seja, constituída por parentes próximos, até o quarto grau, com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos biológicos.
- D) aquela que se estende para além da unidade dos pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- E) aquela formada pelos pais e seus descendentes, seja o vínculo constituído mediante escritura ou outro documento particular, desde que o vínculo seja biológico.

Questão 29 (Peso 2)

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre as garantias e direitos individuais nas hipóteses de ato infracional.

Sobre esse tema, é correto afirmar:

- A) A internação, antes da audiência de apresentação, pode ser determinada pelo prazo máximo de setenta e cinco dias, sendo que a decisão deverá ser fundamentada com base em provas robustas de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.
- B) O adolescente, civilmente identificado, não será submetido à identificação criminal compulsória pelo Conselho Tutelar, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- C) É assegurada ao adolescente, entre outras, a garantia do pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, somente mediante citação, inclusive na pessoa do seu responsável ou curador especial.
- D) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à família do apreendido ou à pessoa por ele responsável, à autoridade judiciária competente, bem como ao Conselho Tutelar para propor a exclusão do processo via remissão, se for o caso.
- E) O adolescente tem o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente sobre a prática do ato infracional, bem como solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

Questão 30 (Peso 3)

Sobre as medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse do adolescente, por período não excedente a três meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas estatais, sendo que as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de quinze horas semanais, em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.
- () A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria e consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
- () A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração e durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- () Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente ou responsável legal restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima ou sucessores e, havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por internação.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V
- B) V V F F
- C) V F F V
- D) F V V F
- E) F F V V

Questão 31 (Peso 2)

“Uma criança de um 1 ano e 9 meses morreu após ser atropelada pelo próprio pai na zona sul de Porto Alegre, no início da tarde desta segunda-feira (30). Conforme a Polícia Civil, o pai, de 31 anos, estava saindo de ré da garagem de casa e não viu o menino, que foi atingido pelo veículo. O atropelamento aconteceu na Rua Dona Mariana, na Restinga.

A criança foi encaminhada para o Hospital Moinhos de Vento da Restinga, mas não resistiu aos ferimentos e morreu. A Delegacia de Trânsito instaurou inquérito para investigar o caso. O pai e um tio da criança, que presenciou o ocorrido, prestaram depoimento durante a tarde”. (ATROPELO. Disponível em: <gaucha.clicrbs.com.br>. Acesso em: 30 dez. 2013).

Na hipótese narrada, o pai da criança responderá criminalmente por

- A) lesão corporal seguida de morte.
- B) lesão corporal seguida de morte, na hipótese preterdolosa.
- C) homicídio culposo, porém será possível a extinção da punibilidade pelo perdão judicial.
- D) homicídio culposo, porém será possível a extinção da punibilidade pelo perdão do ofendido.
- E) homicídio culposo e lesão corporal culposa, porém será possível a extinção da punibilidade pelo perdão do ofendido.

Questão 32 (Peso 1)

Segundo o Código Penal Brasileiro, o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

De acordo com essa informação, essa hipótese trata de

- A) desistência voluntária e arrependimento eficaz.
- B) crime consumado.
- C) crime preterdoloso.
- D) crime impossível.
- E) tentativa branca.

Questão 33 (Peso 1)

Sobre o concurso de pessoas no Código Penal Brasileiro, se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

A hipótese em comento trata

- A) das circunstâncias incomunicáveis.
- B) dos casos de impunibilidade.
- C) do desvio subjetivo de conduta.
- D) da participação de menor importância.
- E) da participação de menor relevância.

Questão 34 (Peso 3)

Em relação às penas privativas de liberdade no Código Penal Brasileiro, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () O regime aberto baseia-se na autodisciplina e no senso de responsabilidade do condenado que deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.
- () O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Consolidação das Leis do Trabalho.
- () O condenado a quem sobrevém doença mental deve ser recolhido a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, a outro estabelecimento adequado.
- () No regime fechado, o trabalho externo é admissível, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V
- B) V F V F
- C) V F F V
- D) F V V F
- E) F F V V

Questão 35 (Peso 1)

No Direito Processual Civil Brasileiro, a jurisdição compreende três poderes, que são o de

- A) decisão, o de coerção e o de documentação.
- B) coerção, o de documentação e o de exposição.
- C) documentação, o de exposição e o de disposição.
- D) exposição, o de disposição e o de decisão.
- E) disposição, o de decisão e o de coerção.

Questão 36 (Peso 2)

Extingue-se o processo, sem resolução de mérito, nos moldes do Código de Processo Civil, quando

- A) se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- B) o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- C) o Juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.
- D) o réu reconhecer a procedência do pedido.
- E) as partes transigirem.

Questão 37 (Peso 3)

Consoante a Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210/84), marque com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Os condenados ou presos provisórios por crime praticado, dolosa ou culposamente, com grave ameaça ou violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos na Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990), serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA – ácido desoxirribonucleico – por técnica adequada e indolor.
- () Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.
- () A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado.
- () O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não continuará a beneficiar-se com a remição de pena.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V
- B) V V F F
- C) V F F V
- D) F V V F
- E) F F V V

Questão 38 (Peso 1)

De acordo com o Código de Processo Civil, a citação válida torna prevento o juízo:

- A) Induz litispendência e faz litigiosa a coisa; mas, quando ordenada por Juiz incompetente, não constitui em mora o devedor nem suspende a prescrição.
- B) Não induz litispendência nem faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por Juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.
- C) Induz litispendência, mas não faz litigiosa a coisa; mas, quando ordenada por Juiz incompetente, não constitui em mora o devedor nem suspende a prescrição.
- D) Não induz litispendência, embora faça litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por Juiz incompetente, constitui em mora o devedor e suspende a prescrição.
- E) Induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por Juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

Questão 39 (Peso 3)

Considerando-se o disposto no Código de Processo Civil sobre competência territorial, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.
- () A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.
- () Quando o réu não tiver domicílio nem residência no Brasil, a ação será proposta, obrigatoriamente, no foro da capital federal, se o autor da ação também residir fora do Brasil.
- () Havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.
- () Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele será demandado no foro do seu último domicílio certo ou conhecido.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F V F
- B) V F F F V
- C) F V V V F
- D) F F V V V
- E) V V V V V

Questão 40 (Peso 3)

Tendo-se em conta o quanto contido no Código de Processo Civil acerca da petição inicial, no procedimento ordinário, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
- () A petição inicial indicará, necessariamente, nomes, prenomes, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor, do réu, das testemunhas e dos peritos.
- () Nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- () A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.
- () Verificando que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos no Código Civil, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o Juiz deverá indeferi-la de pronto.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V V
- B) V F V V F
- C) V V V F F
- D) F V V V F
- E) F F F V V

Questão 41 (Peso 1)

No Direito Processual Penal Brasileiro, o chamado “princípio da intranscendência” garante que

- A) a lei nova não prejudicará a coisa julgada.
- B) ninguém seja privado da liberdade sem o devido processo legal.
- C) o preso tenha direito à identificação dos responsáveis por sua prisão.
- D) a ação penal seja ajuizada, unicamente, contra o responsável pela autoria ou participação no fato típico delituoso, não havendo de incluir corresponsáveis civis.
- E) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

Questão 42 (Peso 2)

“O Código de Processo Penal vigente confere aos juízes singulares o prazo de _____ dias para exarar uma decisão interlocutória simples. Tal prazo contar-se-á do termo de conclusão, _____ no prazo o dia do começo, _____, o do vencimento”.

Os termos que preenchem, respectiva e corretamente, as lacunas das frases em destaque estão presentes na alternativa

- A) 10 (dez) – não se computando – incluindo-se, porém.
- B) 10 (dez) – computando-se – não se incluindo, porém.
- C) 05 (cinco) – não se computando – incluindo-se, porém.
- D) 05 (cinco) – computando-se – não se incluindo, porém.
- E) 03 (três) – computando-se – incluindo-se, também.

Questão 43 (Peso 2)

“Encerrada a instrução criminal numa ação penal privada, abre-se vista dos autos para que o Querelante apresente suas alegações finais, sob a forma de memoriais escritos. Apresentada tal peça processual, verifica a Defesa que não houve pedido de condenação”.

Tal circunstância autoriza a Defesa a pedir a extinção da punibilidade do Querelado em razão da ocorrência da

- A) perempção.
- B) prescrição.
- C) decadência.
- D) renúncia.
- E) anistia.

Questão 44 (Peso 3)

Considerando-se o disposto na Lei nº 9.296/96, que trata da interceptação telefônica, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () Não se admitirá a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- () A interceptação de comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, exclusivamente a requerimento do Ministério Público.
- () A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- () O juiz que determinar a interceptação de comunicações telefônicas ficará impedido de apreciar e julgar a ação penal principal correspondente.
- () Será de quatro anos de reclusão a pena máxima atribuída ao crime previsto no artigo 10, da Lei nº 9.296/96, consistente na realização de interceptação de comunicações telefônicas sem autorização judicial.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V V
- B) V V V F F
- C) V F V F V
- D) F V V V F
- E) F F F V V

Questão 45 (Peso 3)

Tendo em vista as atuais regras sobre prisões no Brasil, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () A prisão em flagrante delito terá duração máxima de 30 (trinta) dias, improrrogáveis.
- () Não se imporá prisão em flagrante ao autor de fato considerado como infração penal de menor potencial ofensivo que, quando da lavratura do termo circunstanciado, seja imediatamente encaminhado ao Juizado Especial Criminal.
- () No rito procedimental do Júri Popular, uma vez pronunciado o Réu, torna-se obrigatória a decretação de sua prisão pelo Juiz.
- () Decorrido o prazo determinado da prisão temporária, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, independentemente da expedição de alvará de soltura.
- () O Juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V V V V
- B) V F F F V
- C) V V V F F
- D) F V F V V
- E) F F V V V

Questão 46 (Peso 2)

Segundo a Lei Complementar Federal nº 80/1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, são funções institucionais, dentre outras, a

- A) afirmação do Estado Democrático de Direito.
- B) prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- C) garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- D) primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.
- E) promoção, prioritariamente, da solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.

Questão 47 (Peso 1)

É direito dos assistidos da Defensoria Pública, segundo a Lei Complementar Federal nº 80/1994:

- A) Ter estabilidade.
- B) Ter patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.
- C) Ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e, após sentença condenatória transitada em julgado, ser recolhido em dependência separada, no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena.
- D) Ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.
- E) Receber informação, por intermédio da Defensoria Pública, sobre a localização e horário de funcionamento dos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes.

Questão 48 (Peso 2)

Sobre a organização e os princípios institucionais da Defensoria Pública na Constituição Federal e na legislação específica, é correto afirmar:

- A) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, podendo a lei complementar federal dispor sobre sua aplicabilidade às Defensorias Públicas da União.
- B) Por força de norma constitucional, são asseguradas a autonomia funcional e a administrativa somente às Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.
- C) O Defensor Público da União é um órgão essencial à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei ordinária federal.
- D) Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- E) O Defensor Público Estadual é essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, desde que pessoas naturais.

Questão 49 (Peso 3)

Em relação às normas gerais para a organização da Defensoria Pública dos Estados, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () A Defensoria Pública do Estado poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.
- () O Defensor Público tem a prerrogativa de requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.
- () Quando, no curso de investigação policial, houver indício de prática de infração penal por membro da Defensoria Pública do Estado, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Secretário de Segurança Pública do Estado, que designará membro da Defensoria Pública para acompanhar a apuração, ouvido o Defensor Público-Geral.
- () As funções institucionais da Defensoria Pública não poderão ser exercidas contra as Pessoas Jurídicas de Direito Público.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F F
- B) V F F V
- C) F V V F
- D) F F V V
- E) V V V V

Questão 50 (Peso 3)

Consoante a Lei Complementar Estadual nº 26/2006, que dispõe sobre a Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia, marque com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

- () A Defensoria Pública manterá quadro de estagiários, designados por ato do Defensor Público-Geral e coordenados pelos respectivos Coordenadores Executivos de Defensoria das Coordenadorias das Defensorias Públicas Especializadas e Regionais, para exercício de suas funções, pelo prazo de 01 (um) ano, renovável por igual período.
- () O estágio não confere vínculo empregatício, sendo conferido ao estagiário direitos ou vantagens assegurados aos servidores públicos em geral.
- () É permitido ao estagiário afastar-se de suas atividades nos dias de seus exames, mediante prévia comunicação ao membro da Defensoria Pública junto ao qual servir, ficando, todavia, obrigado a comprovar a prestação dos respectivos exames.
- () Preenchidas todas as vagas remuneradas do estágio, através do processo de seleção, é permitido estágio voluntário, sem as garantias dos demais estagiários, para atender à necessidade do Defensor Público, com a concordância do candidato.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- A) V V F F
- B) V F F V
- C) V F V F
- D) F F V V
- E) V V V V